

acadêmico ou escolástico. Como diz Maquiavel na Epístola Dedicatória, a sua intenção é postular regras para o governo do príncipe, vale dizer, continuar a tradição da filosofia política, especialmente a tradição aristotélica.¹⁸ Talvez o título do *Príncipe* – e com certeza os títulos dos capítulos e mesmo da Epístola Dedicatória – tenha sido escrito em latim, a língua das escolas e da Igreja. É verdade que o *Príncipe*, à diferença de um tratado escolástico, termina com uma citação em italiano de um poema patriótico. Mas a poesia patriótica italiana também tinha um caráter solidamente tradicional: *O Príncipe* se move entre tratados escolásticos e poemas patrióticos, isto é, entre dois gêneros tradicionais. A primeira palavra do *Príncipe* é *Sogliono* (“[As mais das vezes], *Costumam*”). Mas a primeira palavra dos *Discursos* é *Io* (“eu”): o indivíduo Maquiavel dá um passo à frente. Na Epístola Dedicatória do *Príncipe*, Maquiavel indica que se afasta do costume em dois aspectos: ele não oferece ao príncipe, como o faziam a maioria dos suplicantes, ornamentos dignos da grandeza do príncipe, mas oferece *O Príncipe*; e, da mesma forma, também não usa ornamentos externos dentro do próprio livro. Mas na Epístola Dedicatória dos *Discursos*, ele faz pouco do próprio costume de dedicar livros a príncipes, um costume ao qual se submetera no *Príncipe*. O corpo dos *Discursos* abre com um desafio à tradição, com uma declaração proclamando a total novidade da empresa maquiavélica. Seu paralelo no *Príncipe* está escondido em algum lugar no meio do livro. Os títulos dos capítulos do *Príncipe* não expressam nenhum pensamento novo ou controverso, ao passo que alguns títulos de capítulos dos *Discursos* assim o fazem; em dois títulos Maquiavel questiona aberta e explicitamente opiniões recebidas.¹⁹ Nos *Discursos* encontramos pelo menos nove referências inequívocas a textos modernos; no *Príncipe* encontramos apenas uma.²⁰ Neste todas as citações de autores antigos são dadas em latim; nos *Discursos* há alguns casos de citações de autores antigos que são dadas em italiano.²¹ É quase supérfluo dizer que tanto o título quanto os títulos dos capítulos, assim como da Epístola Dedicatória dos *Discursos*, são escritos em

¹⁸ *Discursos* II 18 (281). Para as “regras” ou “regras gerais”, cf. *O Príncipe* caps. III (11, 13), IX (33) e XXIII *in fine*, com *Discursos* I 9 (119), 18 perto do início, III 22 (393). Cf. *A Arte da Guerra* I (463) e VII (612).

¹⁹ Cf. *Discursos* I 4, 12, 41, II 10, 17, III 3, 4.

²⁰ *Discursos* I 8 (117), II (127), 45 (192), 53 (206), II 5 (247), III 27 (404), 29 *in fine*, 30 (410), 43 (436).

língua vulgar. A forma dos *Discursos*, uma mistura de tratado político e alguma coisa parecida com sermões sobre textos de Tito Lívio, certamente não era convencional, ainda que tenha dado lugar a uma convenção.

As observações precedentes não pretendem negar que o *Príncipe* é um livro “revolucionário”, embora pretendam negar que o *Príncipe* seja mais “revolucionário” que os *Discursos*. No momento, apenas sustentamos que o caráter mais exterior ou superficial do *Príncipe*, tal como Maquiavel o pretendia, é mais tradicional que a superfície dos *Discursos*; além disso, que a superfície de um livro tal como pretendida por seu autor pertence tanto ao livro quanto a sua substância. No que toca à substância, o *Príncipe* é tão animado pela admiração pela Antiguidade, e deve tanto a sua existência ao estudo da Antiguidade, quanto os *Discursos*.²²

Chegamos à conclusão provisória de que o *Príncipe* é mais reservado que os *Discursos*. Naquele, Maquiavel com frequência deixa de mencionar fatos importantes, fatos que são deveras relevantes para o tema central do livro, e que ele menciona nos *Discursos*. Encontramos nos *Discursos* diversas afirmações de que as repúblicas são superiores aos principados; não encontramos, no *Príncipe*, uma única afirmação de que os principados são superiores às repúblicas (ou vice-versa), embora a primeira sentença de *Príncipe*, à diferença da primeira sentença dos *Discursos*, chame a nossa atenção para a diferença fundamental entre repúblicas e principados. Maquiavel cala-se, no *Príncipe*, a respeito de se e até que ponto o governo do príncipe é superior ao governo popular, questão que ele não hesita em responder de modo bastante explícito e claro nos *Discursos*: os príncipes são superiores aos povos no que respeita à fundação dos Estados, e os povos são superiores aos príncipes no que toca à preservação dos Estados; no *Príncipe*, ele se limita a responder a questão de que tipo de príncipe é necessário para a fundação de Estados e que tipo de príncipe é preferível para a preservação dos Estados.²³ Ele não fala, no *Príncipe*, das vantagens dos principados hereditários – para os príncipes hereditários; mas ele suprime a discussão, transmitida nos *Discursos*, dos defeitos essenciais dos principados hereditários. No *Príncipe*, ele meramente alude ao fato de que a preservação de principados hereditários não requer nem virtude nem distinção: ele trata dois diferentes duques de Ferrara como se fossem

²² Cf. a Carta a Vettori de 10 de dezembro com os caps. VI e XIV do *Príncipe* (os maiores exemplos ou os mais elevados são os exemplos antigos).

numericamente idênticos ou completamente indistinguíveis.²⁴ Ele discute os imperadores romanos coerentemente em ambos os livros. Nos *Discursos*, Maquiavel enfatiza a diferença entre os imperadores que foram herdeiros propriamente ditos e aqueles que foram filhos adotivos de seus predecessores a fim de mostrar os defeitos da sucessão hereditária; mas, no *Príncipe*, ele meramente alude a essa diferença. Nos *Discursos*, Maquiavel afirma explicitamente que dos 26 imperadores ali mencionados, dezesseis foram assassinados e dez morreram de morte natural, ao passo que, no *Príncipe*, ele compele o leitor a fazer o esforço de computar por si mesmo que, dos dez imperadores ali mencionados, apenas dois tiveram um fim bom, enquanto oito terminaram mal. Nos *Discursos*, ele estende a lista de imperadores romanos de modo a incluir a idade de ouro que vai de Nerva a Marco Aurélio; ao passo que, no *Príncipe*, ele faz a lista começar apenas em Marco Aurélio: Maquiavel muda silenciosamente a ênfase mas apenas silenciosamente para os maus imperadores.²⁵ Nos *Discursos*, ele insiste na diferença fundamental entre reis e tiranos; no *Príncipe*, deixa silenciosamente de lado essa distinção: os indivíduos que são chamados de tiranos nos *Discursos* são chamados de príncipes no *Príncipe*;²⁶ o termo “tirano” jamais ocorre no *Príncipe*; “tirano” é uma palavra dura demais para usar quando se está ao alcance do príncipe. Nos *Discursos*, Maquiavel às vezes age explicitamente como conselheiro de tiranos;²⁷ no *Príncipe*, ele assume esse papel apenas em silêncio. Da mesma forma que no *Príncipe* nunca menciona a distinção entre reis e tiranos, ele jamais menciona, neste livro, o bem comum,²⁸ ou, nesse sentido, a consciência. Ao discutir os vários tipos de principados ele usa o tempo pretérito no título do único capítulo que trata dos principados adquiridos pelo crime:

²⁴ Cf. *O Príncipe* cap. II com a observação sobre a virtude do direito hereditário de Marcos Aurélio e Cômodo no cap. XIX com *Discursos* I 2 (99), 10 (123), 19-20.

²⁵ Cf. *O Príncipe* cap. XIX com *Discursos* I 10; ver especialmente, no cap. XIX do *Príncipe*, a frase característica *Voglio mi basti* [E a mim basta-me (citar)] perto do princípio da discussão sobre os imperadores romanos: Maquiavel chama a nossa atenção para o caráter arbitrário da sua escolha desses imperadores em particular.

²⁶ Cf. Nábis em *O Príncipe* cap. IX e *Discursos* I 10, 40; Petrucci em *O Príncipe* XX e *Discursos* III 6; César em *O Príncipe* XVI e *Discursos* I 10, 37; Davi em *O Príncipe* XIII e *Discursos* I 25-26. Para Agátocles, cp. *O Príncipe* VIII com Justino XXII 1. Ao descrever Agátocles e Livorotto no *Príncipe* (cap. VIII), Maquiavel os descreve tacitamente da mesma maneira como Aristóteles descreve explicitamente os tiranos.

²⁷ *Discursos* I 40, III 6, 8.

nenhum título nem nenhuma reputação de um príncipe presente devem ser questionados. O capítulo explicitamente devotado ao tema dos bajuladores é, de fato, devotado principalmente ao tema dos conselheiros. No *Príncipe*, ele fala da grandeza e do sucesso de Agátocles sem sequer fazer alusão ao seu fim miserável; fala dos extraordinários sucessos de Nábis como tendo sido devidos à sua política popular, sem aludir ao fato de que ele pereceu por causa de uma conspiração.²⁹ Em sua discussão sobre as conspirações no *Príncipe*, Maquiavel enfaticamente se limita a mencionar um único exemplo que, evidentemente, não é florentino; o exemplo se segue à asserção de que ninguém ousaria conspirar contra um príncipe popular; mas o exemplo contradiz silenciosamente a asserção. Ele louva as leis francesas que são a causa da “liberdade e segurança do rei” ou da “segurança do rei e do reino”; porém, cala-se a respeito da liberdade do reino em contraste com a liberdade do rei.³⁰ No *Príncipe*, Maquiavel omite, dentro dos limites do possível, tudo que não seria apropriado mencionar na presença de um príncipe. Ele dedicou o *Príncipe* a um príncipe, porque seu desejo era encontrar um emprego honrado. O livro exhibe, portanto, e tem a intenção de exibir, seu autor como um perfeito cortesão, um homem dotado do mais delicado sentido de propriedade. Características como essas que acabam de ser mencionadas dão o mais forte apoio à opinião, sustentada por homens da competência de um Espinosa ou um Rousseau, de que *O Príncipe* é uma sátira sobre príncipes. Elas também dão apoio à opinião, mais característica da nossa era, de que encontramos a apresentação completa do ensinamento de Maquiavel nos *Discursos*, de tal modo que devemos sempre ler *O Príncipe* à luz dos *Discursos* e nunca por si mesmo. Não creio que possamos seguir essas linhas de interpretação: a opinião mais antiga é insuficiente e a mais recente é completamente enganosa.

Se é verdade que de príncipes sempre se fala com mil medos e mil respeito, então os *Discursos* não podem ser completamente sem reserva. Embora não devamos esquecer que o falar com um príncipe ou a um príncipe é

²⁹ *O Príncipe* VIII, IX, XIX; *Discursos* III 6 (345); Justino XXIII 2. No primeiro capítulo do *Príncipe*, ele menciona como exemplos apenas Milão e Nápoles; no cap. XXIII, Milão e Nápoles mostram-se como os mais notáveis exemplos de principados perdidos no tempo de Maquiavel.

³⁰ Cf. *O Príncipe* cap. XIX (59-60), em que Maquiavel fala de uma conspiração ocorrida “no tempo dos nossos pais”, com *Discursos* III 6 (343), em que ele fala da conspiração dos Pazzi ocorrida “nos nossos tempos”. Conferir, da mesma forma, no *Príncipe*, loc. cit., o elogio do reino de França com

algo governado por regras mais estritas que o falar sobre príncipes, devemos lembrar que os *Discursos* também foram escritos pelo súdito de um príncipe. Os *Discursos* parecem, à primeira vista, um livro republicano sobre repúblicas, mas logo a impressão é de que a esse caráter sobrepõem-se outros aspectos. O livro parece ser dedicado primariamente à república romana, a uma república que existiu no passado remoto; seu tema primário poderia ter um interesse meramente antiquário ou humanístico. Mas a própria Florença havia sido uma república até pouco tempo e “nas repúblicas há mais vida, maiores ódios e maior desejo de vingança, e a memória da antiga liberdade não as deixa nem pode deixá-las repousar”. Em perfeito acordo com a sua paixão republicana que corre no subterrâneo, Maquiavel dedica às conspirações aquele capítulo dos *Discursos* que é de longe o mais extenso, e a parte principal desse capítulo é dedicada a conspirações contra príncipes. Depois de enfatizar os enormes perigos em que incorrem aqueles que conspiram contra um príncipe, ele mostra de que maneira essas tentativas de regicídio ou tiranicídio podem ser levadas a uma feliz consumação. O capítulo sobre conspirações pode ser descrito como um manual de tiranicídio. Um notável exemplo de conspiração que fracassou foi a dos Pazzi contra Lourenço e Juliano de Médici, em 1478. Ela fracassou porque os conspiradores foram bem-sucedidos em matar apenas um dos dois príncipes reinantes. Essa célebre conspiração florentina faz Maquiavel lembrar-se de duas outras semelhantes, uma em Atenas e a outra em Heracleia, as quais fracassaram da mesma maneira. Em Heracleia (que corresponde ao exemplo central), os conspiradores eram discípulos de Platão; assim como no caso da conspiração contra Galeazzo, duque de Milão, os conspiradores eram discípulos de um humanista que ensinava que todos os homens célebres foram criados em repúblicas e não sob príncipes. Mas Maquiavel discute o fracasso das conspirações para mostrar como elas poderiam ter sido bem-sucedidas. Da mesma forma, ele mostra que as conspirações contra dois ou mais tiranos de modo algum estão condenadas ao fracasso: uma conspiração em Tebas contra dez tiranos teve um resultado deveras feliz porque o conselheiro dos tiranos era, em seu coração, inimigo deles.³¹

Mas voltemos uma vez mais à superfície. *O Príncipe* é escrito para príncipes ou para um príncipe. De acordo com o livro, o príncipe deve ser capaz de agir como um animal; não deve ser completamente humano ou ter humanidade;

e não pode se dar ao luxo de ser um perfeito cavaleiro. Maquiavel quer ser levado a sério e quer ser ouvido por um homem desse tipo. Ele deve, portanto, falar a língua dos príncipes e não a dos súditos: “grandes homens chamam de vergonha a derrota; eles não chamam vergonha vencer pela fraude”. Maquiavel arruinaria toda perspectiva de estabelecer a reputação de conselheiro competente de príncipes se fosse falar a língua de um santo, de um cavaleiro ou de um professor de filosofia moral. Pois, para poder tirar algum proveito do conselho de Maquiavel, o príncipe deve ter alguma consciência do que significa ser um príncipe no sentido que Maquiavel dá ao termo. Ele deve ter sido corrompido em alguma medida pelo exercício do poder antes que possa suportar dar ouvidos a Maquiavel. Mas suponhamos que exista alguma verdade no entendimento que o príncipe tem das coisas, ou que se possa presumir que os príncipes conhecem certas verdades duras que os cavaleiros supostamente não conheceriam. Nesse caso, Maquiavel poderia ser mais franco ao dirigir-se a um príncipe, a um príncipe real, do que a homens que não têm experiência da vida do príncipe. Enquanto os cavaleiros (i.e., nobres) teriam de primeiro ser convertidos aos *arcana imperii*, ou ser levados gradualmente a dar-se conta do caráter problemático do bem comum, da consciência ou da distinção entre rei e tirano, os príncipes teriam por evidente que essas opiniões geralmente recebidas são meramente populares ou provisórias. É, portanto, perfeitamente possível que *O Príncipe* seja, em alguns aspectos, mais franco que os *Discursos*. Pode-se encontrar um sinal dessa possibilidade no fato de que o título do *Príncipe* revela o tema central do livro num grau mais alto que o título dos *Discursos*, e de que o plano do *Príncipe* é menos obscuro que o plano dos *Discursos*. Aqui, é suficiente mencionar um único e óbvio exemplo. Maquiavel exclui explicitamente da discussão apenas um assunto: “O quão perigoso é tomar a iniciativa [*farsi capo di*] de uma coisa nova que concerne a muitas pessoas, e o quão difícil é administrá-la e levá-la a termo e, depois de consumá-la, mantê-la, é uma matéria demasiado extensa e elevada para ser discutida; reservá-la, portanto, para um lugar mais conveniente (...).” Isso é dito nos *Discursos*. Mas, no *Príncipe*, em que se examinam os “exemplos mais elevados”, ele não hesita em discorrer sobre o que chama, nos *Discursos*, de uma questão demasiado grande e elevada para se discutir. Ele abre a discussão como se segue: “Deve-se considerar que não há coisa mais difícil de tratar, nem de êxito mais duvidoso, nem mais perigosa de manejar, do que tomar a iniciativa de introduzir novas ordens ()”. Assim, Maquiavel discute no

Príncipe, e não nos *Discursos*, o único assunto que diz ser elevado demais para ser discutido. Porém, mesmo no *Príncipe* ele não o examina completamente: ali ele deixa de discutir como as novas ordens podem ser mantidas depois da morte do fundador.³²

Em resumo, Maquiavel apresenta em cada um dos seus livros substancialmente o mesmo ensinamento de dois pontos de vista diferentes, que podem ser descritos provisoriamente como os pontos de vista do príncipe real e dos príncipes potenciais. A diferença mostra-se mais claramente no fato de que, no *Príncipe*, ele deixa de distinguir os príncipes dos tiranos e nunca fala do bem comum ou da consciência; ao passo que nos *Discursos* ele distingue, de fato, os príncipes dos tiranos e fala do bem comum e da consciência. Somos, portanto, compelidos a levantar a seguinte questão: Maquiavel vê a distinção entre príncipes e tiranos como válida em última instância ou não? Ele vê o bem comum como critério último ou não? Ou ele pensa que essas questões não permitem uma resposta simples, mas requerem uma distinção para serem respondidas? Somos compelidos a levantar a questão a respeito de se a perspectiva de Maquiavel é idêntica ao ponto de vista do *Príncipe* ou dos *Discursos* ou, ainda, se ela é diferente de ambas as perspectivas. Em nenhuma circunstância nos é permitido supor dogmaticamente, como faz a maior parte dos estudiosos contemporâneos, que o ponto de vista de Maquiavel é idêntico aos dos *Discursos*, em contraste com o ponto de vista do *Príncipe*.

A questão que levantamos só pode ser respondida pela leitura dos livros de Maquiavel. Mas como devemos lê-los? Devemos lê-los de acordo com as regras de leitura que tinham autoridade para Maquiavel. Considerando que jamais expôs essas regras em si mesmas, devemos observar como ele as aplicou à leitura dos autores que via como modelos. O seu autor principal sendo Tito Lívio, devemos prestar especial atenção à maneira com que ele o leu. A sua maneira de ler Tito Lívio deve nos ensinar algo a respeito da sua maneira de escrever. Maquiavel não leu Tito Lívio do modo como tendemos a ler Tito Lívio. Para Maquiavel a obra de Tito Lívio era fonte de autoridade, a sua Bíblia, por assim dizer. A sua maneira de ler Tito Lívio era mais próxima da maneira pela qual todos os teólogos do passado leram a Bíblia do que da nossa maneira de ler, seja a Bíblia ou Tito Lívio. Pode-se objetar que precisamente se Tito

Lívio era uma autoridade para Maquiavel, ele, sendo algo como um comentarador de um texto de autoridade, escreveria de modo diferente do que escreve a sua autoridade. Essa objeção desconsidera a possibilidade de que Maquiavel tivesse a intenção de que o seu *Príncipe* e os seus *Discursos* se transformassem, no futuro, em autoridades de certo tipo.

Quase exatamente no meio dos *Discursos* Maquiavel tenta provar, como indica desde o princípio no título do capítulo em questão, que o dinheiro não é “o nervo” da guerra,³³ como o pensa a opinião comum. Depois de desafiar, desse modo, a opinião comum no próprio título do capítulo, refutando essa mesma opinião no interior do texto, ele retorna, perto do fim do capítulo, para a autoridade de Tito Lívio: “Mas Tito Lívio é a testemunha mais veraz dessa opinião. No lugar em que discute se Alexandre, o Grande tivesse vindo à Itália, teria vencido os romanos, ele mostra que três coisas são necessárias na guerra: muitos e bons soldados, capitães prudentes e boa sorte. Examinando se eram os romanos ou Alexandre que tinham superioridade nessas coisas, ele chega à sua conclusão sem jamais fazer qualquer menção ao dinheiro”. Tito Lívio não faz menção ao dinheiro num contexto em que ele o teria mencionado se o tivesse considerado importante. Esse fato por si só estabelece não apenas uma suposição vaga em favor da possibilidade de que Tito Lívio sustentasse a opinião verdadeira a propósito da importância do dinheiro; ele faz dele a testemunha mais veraz, a autoridade mais importante em favor dessa opinião. O silêncio de Tito Lívio é mais importante do que teria sido uma declaração explícita da parte dele.³⁴ O autor revela uma verdade importante de modo mais efetivo pelo silêncio. A regra que Maquiavel aplica tacitamente a Tito Lívio pode ser formulada do seguinte modo: se um homem sábio silencia a respeito de um fato comumente visto como importante para o tema em discussão, ele nos dá a entender, com o seu silêncio, que esse fato não tem importância. O silêncio do sábio é sempre significativo. Ele não pode ser explicado pelo simples esquecimento. A opinião da qual Tito Lívio se desvia

³² *The sinews of war*, o que sustentava a guerra, o que torna possível o seu exercício e, em última análise, a vitória. Opinião clássica referida à Quinta Filípica (5,2) de Cícero (*nervus belli pecuniam infirmam: “o dinheiro infinito é o nervo da guerra”*). (N. T.)

³⁴ *Discursos* II 10. Maquiavel poderia ter citado uma afirmação explícita de Tito Lívio (IX 40. 6) em apoio à sua opinião sobre o dinheiro. Se alguém objetar que essa afirmação é feita não por Tito Lívio, mas por um personagem dele, seria pertinente referir-lo a *Discursos* III 12, *in fine*, quando

³² O *Príncipe* VI (19) e 18; *Discursos* III 35 início; *Historia de Florença* VI 17. Cf. O *Príncipe* III (observação feita por Maquiavel a um cardeal francês) e VII (observação feita por César Borgia a

é a opinião comum. Um autor pode expressar o seu desacordo com a opinião comum simplesmente deixando de levá-la em conta; essa é, com efeito, a maneira mais efetiva de mostrar a sua desaprovção.

Aplicuemos agora essa lição à prática do próprio Maquiavel. No *Príncipe*, ele deixa de mencionar a consciência, o bem comum, a distinção entre reis e tiranos, e o céu. Relutamos em dizer que ele se esqueceu de mencionar essas coisas, ou que não as mencionou porque não havia necessidade de mencioná-las uma vez que sua importância é algo certo ou evidente, ou conhecida mesmo para os talentos mais medíocres. Mas, se esse raciocínio fosse correto, por que, então, ele menciona essas mesmas coisas nos *Discursos*? A nosso ver ele deixou de mencioná-las no *Príncipe* porque as considerava sem importância no contexto da obra. Há, no entanto, certos assuntos que ele deixa de mencionar não apenas no *Príncipe*, mas também nos *Discursos*, enquanto os menciona em suas outras obras. Em nenhum dos dois livros Maquiavel menciona a distinção entre esse mundo e o próximo, ou entre essa vida e a próxima; embora não raro faça menção a Deus ou aos deuses, ele jamais faz menção ao diabo; embora com frequência mencione o céu e uma vez o Paraíso, ele nunca cita o inferno; acima de tudo, ele nunca faz menção à alma. Assim, Maquiavel sugere pelo silêncio que esses objetos não têm importância para a política. Mas uma vez que cada um dos dois livros contém tudo o que sabe, ele sugere com seu silêncio que esses objetos simplesmente não têm importância, ou que a opinião comum de que esses objetos são os mais importantes está errada. No entanto, essa negação é da maior importância. O que equivale a dizer que o silêncio de Maquiavel a respeito de temas e objetos que, segundo a opinião comum, são muito importantes, mostra que ele considera a questão concernente ao *status* desses temas ou à sua verdade ou realidade de grande importância. Ele expressa a sua desaprovção da opinião comum da forma mais efetiva pelo silêncio.

O sexagésimo quinto capítulo dos *Discursos* (II 5) se inicia com uma referência à grave questão da eternidade do mundo, à questão de se o universo visível existe de eternidade ou se ele teve um princípio. Maquiavel faz referência a um argumento em favor da opinião de que o universo visível teve um princípio, que representa a opinião comum, indicando em seguida que esse argumento não tem força. Ele deixa a questão nesses termos, gastando quatro ou cinco linhas com ela. É impossível não perguntar qual seria o pensamento de Maquiavel sobre os outros arromentos em favor da

crença ortodoxa na criação, e o que ele pensava dessa crença em si mesma: ele a via como verdadeira ou falsa? Maquiavel não responde a essas questões. Ele sequer as levanta de maneira clara. Mas ele as propõe com o seu silêncio. Ele atrai a nossa atenção para elas pelo seu silêncio, o seu meio silêncio. O leitor deve mantê-las em mente, isto é, deve ter em mente a possibilidade de que Maquiavel acreditava na eternidade do universo visível e de que ele tomava o lado de Aristóteles contra a Bíblia. Ao abrir a sua mente para essa possibilidade e encará-la com ousadia, o leitor pode tornar-se capaz de entender passagens que de outro modo não conseguiria apreciar de forma apropriada. Ele não será desatento o suficiente para ignorar a declaração maquiavélica, na parte final do capítulo, de que todas as religiões, o cristianismo inclusive, são de origem humana e não celestial, tendo uma vida que vai de 1666 a 3 mil anos. Há uma conexão óbvia entre a questão da duração do mundo *a parte ante*³⁵ e a questão concernente à origem da religião revelada: a resposta ortodoxa repousa sobre a crença na origem sobre-humana da Bíblia.

No primeiro capítulo do *Príncipe*, Maquiavel diz que os principados ou são hereditários ou são novos. A distinção está obviamente incompleta: ela cala a respeito dos principados eletivos. O que esse silêncio significa torna-se aparente a partir de uma observação que Maquiavel faz no capítulo XIX. Ao mencionar, ali, o reino do Sulão, ele diz que esse reino não é nem hereditário, nem novo, mas eletivo, assemelhando-se, portanto, a nenhum outro principado a não ser o pontificado cristão. Pode-se dizer que o pontificado cristão é o tema de um capítulo especial do *Príncipe* (capítulo XI). O silêncio de Maquiavel no primeiro capítulo a respeito do gênero ao qual pertence o Estado pontifício cristão chama a nossa atenção para o capítulo que trata do pontificado cristão – um capítulo que, para o leitor superficial, pode parecer ser o produto de uma reconsideração e, portanto, uma adição posterior. Ao apontar silenciosamente para o tema desse capítulo bem no princípio do livro, Maquiavel nos leva a apreciar a significação que ele tem para todo o argumento do *Príncipe*.³⁶

³⁵ *Aeternitas a parte ante*: no passado, isto é, antes da criação. Apesar de a expressão ser usada geralmente para referir-se à eternidade de Deus (o caráter incompreensível da eternidade de Deus em si mesmo, quer dizer, antes ou independentemente da criação), não do mundo, nesse caso ela significaria que o mundo não foi criado, mas sempre existiu, sendo “eterno” no passado. (N. T.).

³⁶ Em *O Príncipe* VII, César Borgia é apresentado como o modelo de um novo príncipe: no cap. XI,

É quase desnecessário dizer que Maquiavel nada diz, no capítulo XI, sobre o fato de que o reino do Sultão e o pontificado cristão perencem ao mesmo gênero de principados.

Maquiavel é com justiça célebre pela extraordinária ousadia com a qual atacou opiniões geralmente aceitas. No entanto, não se fez muita justiça à notável reserva que, ao mesmo tempo, ele exerceu. A observação não visa negar que essa reserva foi, de certo modo, imposta a ele. No décimo capítulo dos *Discursos*, que precede imediatamente a sua discussão explícita da religião, ele chama a era dos bons imperadores romanos, o período que vai de Nerva a Marco Aurélio, de a época de ouro em que todos podiam ter e defender a opinião que quisessem. Com isso, Maquiavel indica não apenas o alto valor que atribuía à liberdade de pensamento ou discussão, mas, da mesma forma, o quão raro é encontrar essa liberdade. Decerto ela não podia ser encontrada em seu próprio tempo, como mostram à evidência as dificuldades que Pietro Pomponazzi teve de enfrentar por causa do seu livro sobre a imortalidade da alma. Essa liberdade não seria encontrada tampouco, de acordo com Maquiavel, numa república bem ordenada. Bem na parte central da sua *História de Florença*, ele louva Catão por providenciar que nenhum filósofo fosse recebido em Roma.³⁷ Pode-se perguntar se, de acordo com ele, a liberdade de discussão pode ser encontrada em alguma sociedade: no mesmo capítulo em que louva a era dos bons imperadores romanos como a época da perfeita liberdade de discussão, ele retira, por assim dizer, o seu elogio ao afirmar que, enquanto os imperadores romanos governaram, os autores não tinham permissão para falar livremente sobre César, tendo em vista que César era a origem da autoridade dos imperadores romanos. No mesmo capítulo, Maquiavel ilustra como as restrições à liberdade de expressão afetam os autores de mente livre. Como sob os imperadores romanos os autores livres não podiam dirigir censuras a César, eles censuravam Catilina, a prefiguração malfadada de César, celebrando Brutus, o inimigo de César. Depois de indicar o princípio, Maquiavel coloca o imediatamente em aplicação ao louvar a religião pagã de Roma, a inimiga da religião bíblica: o seu elogio à religião dos pagãos no momento mesmo em que era súdito da igreja cristã é quase a exata contraparte do elogio feito por

um republicano romano ao assassinaro de César, no tempo mesmo em que estava sujeito ao jugo dos imperadores romanos.³⁸ Pois o que é verdadeiro na situação sob os imperadores romanos é igualmente verdadeiro em todas as outras situações: em todos os tempos existe um poder reinante, um poder vitorioso que ofusca os olhos da maioria dos autores e restringe a liberdade dos poucos que não desejam tornarem-se mártires. A restrição imposta à liberdade de discussão obriga os autores cujas mentes não sucumbem ao *glamour* ou ao peso da autoridade a apresentar o que pensam de maneira oblíqua. É-lhes demasiado perigoso atacar as opiniões protegidas aberta ou frontalmente. Até certo ponto eles são até mesmo obrigados a expressar as opiniões protegidas como suas próprias opiniões. Mas adotar opiniões que se tem certeza serem falsas significa fazer de si mesmo mais estúpido do que se é, ou fazer-se de tolo [pazzo]: “faz-se bem de tolo quem louva, fala, vê e faz coisas contra a própria opinião para agradar ao príncipe”. Pois falar a verdade é sensato apenas quando se fala aos sábios.³⁹

Maquiavel obrigou-se a ser reservado porque era ousado. A sua ousadia consistia em questionar os modos e as ordens estabelecidos e buscar novos modos e ordens. Ele compara a busca por novos modos e as ordens com a busca por mares e terras desconhecidos, mas indica a seguinte diferença entre os dois gêneros de busca: no caso dos novos modos e ordens não é tanto o buscar quanto o achar que é perigoso. O perigo é causado pela invidia dos homens que cobijam a glória daquele que descobriu novos modos e ordens. De modo que não é tanto a descoberta quanto a comunicação da descoberta que é perigosa. Essas indicações com as quais Maquiavel dá início aos *Discursos* dão uma noção insuficiente dos riscos incorridos pelo propositos de novos modos e ordens. Perto do fim dos *Discursos*, Maquiavel declara que não discutirá o quão perigoso é “tomar a iniciativa de coisas novas” que dizem respeito ao público: discutir esses perigos apenas os aumentaria. Ele é mais informativo no *Príncipe*, no qual não diz ter descoberto novos modos e ordens, e no qual, portanto, a questão do caráter perigoso dessa descoberta não está ligada explicitamente ao seu próprio caso. No *Príncipe*, ele diz que os opositores dos novos modos e ordens têm as leis do seu lado, a majestade das leis, e o que

³⁷ *História de Florença* VI.1: as letras e a filosofia perencem ao “ócio decente”. Esse “ócio decente” cujos beneficiários, embora decem ocasião à perseguição, abominam a perseguição, parece ser a contraparte pagã do “ócio ambicioso” característico de “muitos países e Estados cristãos”, segundo

³⁸ Considere, nesse sentido, a semelhança de enunciação da acusação contra César em *Discursos* I 10 (124) e da acusação contra a Igreja em I 12 (130): as “obrigações” que a Itália tem contra César e contra a Igreja.

empresta majestade a elas. O inovador despera a indignação da esmagadora multidão, que se apega à ordem estabelecida. A sua situação seria sem saída se não houvesse desacordo a respeito de como a lei estabelecida deve ser interpretada, ou se os defensores do antigo não estivessem divididos em partidos opostos. Como esse é o caso, Maquiavel expressa com a maior ousadia as opiniões que são toleráveis para um partido, tomando muito cuidado com as opiniões que não contam com nenhum apoio respeitável. Mais precisamente, ele esconde o fundamento sobre o qual concorda parcialmente com um dos partidos. Sendo o seu entendimento difícil, ele diz que o levará a cabo de tal maneira que a outro homem restará um curto caminho até o destino. Maquiavel não vai até o fim da estrada; a última parte do caminho deve ser percorrida pelo leitor que entende o que foi omitido pelo autor. Maquiavel não vai até o fim; ele não revela o fim; ele não revela completamente a sua intenção.⁴⁰

Mas ele a insinua. É indispensável que discutamos alguns exemplos dos modos maquiavélicos de insinuar ou sugerir o que não pode declarar. Quase no fim dos *Discursos* (III 48) ele observa, depois de citar um único exemplo, que “o líder de um exército não deve acreditar num erro grave que um inimigo comete de forma evidente, pois sempre haverá fraude por trás dele, não sendo razoável que os homens sejam tão incautos”. Imediatamente depois de proclamar essa regra supostamente universal, ele cita um exemplo – o exemplo central do capítulo – no qual um inimigo comete um erro manifesto sem um único vestígio de fraude; o exemplo mostra, com efeito, que os inimigos às vezes cometem erros graves levados pelo pânico ou pela covardia. O absurdo da regra universal de Maquiavel é sublinhado pelo contraste entre a regra tal como formulada dentro do capítulo e a regra tal como formulada no título do capítulo. O título diz sobriamente que “quando se vê um inimigo cometer um erro grave, deve-se acreditar que há logro por trás dele”; pois “acreditar” significa meramente “supor provisoriamente”. Além disso, Maquiavel acabou de fazer uso do exemplo crucial para mostrar que “a Fortuna às vezes cega a mente dos homens”: o erro manifesto em questão foi causado não pelo cálculo humano, mas pela cegueira humana.⁴¹ Não tem importância para nós o fato de Maquiavel reformular a regra alhures para torná-la razoável: se um inimigo

prudente e forte cometer um erro manifesto, sempre haverá fraude por trás dele.⁴² O que é importante é o fato de que Maquiavel, no próprio ato de falar em erros manifestos, comete ele mesmo um erro manifesto. Ele faz aquilo que, como ele mesmo diz, os inimigos às vezes fazem. A sua ação deixa de ser absurda se ele mesmo for um inimigo, um inimigo astuto. E podemos duvidar de que ele seja um inimigo? Como amigo ou pai de novos modos e ordens, Maquiavel é necessariamente inimigo dos velhos modos e ordens, e assim inimigo dos seus leitores, que não teriam de aprender com ele se não fossem adeptos dos velhos modos e ordens. A ação de Maquiavel é uma espécie de guerra. Algumas das coisas que ele diz sobre estratégia e táticas no tipo ordinário de guerra aplicam-se à sua própria estratégia e tática no que podemos chamar de sua guerra espiritual. Ao cometer um erro manifesto quando fala de erros manifestos que dissimulam a fraude, ele nos dá a entender que existe logro por trás dos seus erros manifestos, ou que os seus erros manifestos são intencionais: ele indica a sua intenção.

Chegamos a essa solução ao encarar com grande seriedade o que Maquiavel diz no princípio dos *Discursos*: ele declara ter descoberto novos modos e ordens, e que essa descoberta é perigosa se for comunicada; e que, não obstante isso, ele comunicará a sua descoberta. Essa declaração bastante óbvia e explícita, mesmo que inicial e provisória, a respeito da sua intenção, nos guia na direção de um entendimento da sua intenção, contanto que “juntemos dois mais dois” ou pensemos por nós mesmos. A propósito do exemplo discutido acima, chegamos, portanto, a uma solução que absolve Maquiavel da vergonha de cometer erros que deixariam um secundarista inteligente envergonhado. Alguns leitores sentirão que essa solução deve ser rejeitada porque não faz jus à moralidade de Maquiavel. Como indicamos desde o princípio, temos dúvidas a respeito da sua moralidade. Aos leitores animados a levantar a dificuldade mencionada podemos responder com as próprias palavras de Maquiavel: “De um tempo para cá, nunca digo o que acredito e nunca acredito no que digo; e se por vezes me ocorre dizer a verdade, eu a oculto sob tantas mentiras que é difícil encontrá-la”.⁴³ Descobrir em seus escritos o que ele considerava ser a verdade é difícil, mas não impossível.

que Maquiavel oferece uma explicação contraditória do mesmo evento, como em III 48 (III 48 é o quinquagésimo segundo capítulo da série de capítulos que começa depois de II 29).

⁴² Carta a Vettori de 29 de abril de 1513 (início). Cf. *A Arte da Guerra* V (564-65) e VII (606-07).

⁴⁰ *Discursos* I pr., II 2 (238), III 35 (421-22); *O Príncipe* VI (19).

⁴¹ *Discursos* II 29: “A Fortuna às vezes cega a mente dos homens”; a expressão usada em III 48, “o

A obra de Maquiavel é pródiga em erros manifestos de diversos tipos: citações equivocadas, declarações errôneas sobre nomes ou eventos, generalizações apressadas, omissões indefensáveis e daí por diante. É uma regra de prudência comum “acreditar” que todos esses erros são intencionais e em cada caso levantar a questão do que o erro pode ter a intenção de significar. O caso mais simples de erro manifesto é a autocontradição do autor, e especialmente a autocontradição numa mesma página. Em *Discursos* I 28, Maquiavel levanta a questão de por que os romanos foram menos ingratos com seus compatriotas que os atenienses. A resposta que ele dá a essa pergunta baseia-se numa série de premissas, dentre as quais a seguinte é particularmente importante no contexto presente: Atenas estava destruída de sua liberdade por Pisístrato durante seu período mais florescente, enquanto Roma jamais esteve destruída da sua liberdade por nenhum dos seus cidadãos no tempo que vai da expulsão dos reis ao governo de Mário e Sila. Sete capítulos depois ele afirma que os dez cidadãos eleitos para fazer as leis pelos votos livres do povo romano tornaram-se tiranos de Roma. No momento, não estranos preocupados com o fato de que essa autocontradição torna duvidosa a explicação maquiavélica da gratidão romana e da ingratidão ateniense.⁴⁴ Apenas levantamos a questão preliminar a respeito da implicação mais óbvia do erro evidente de Maquiavel. A desconsideração temporária do Decenvirato equivale a um exagero temporário da bondade da república romana, pois a duração longa e contínua da liberdade é, segundo Maquiavel, um grande bem.⁴⁵ Somos, assim, compelidos a perguntar por que Maquiavel exagera temporariamente o argumento em favor da república romana. Observamos que no mesmo breve capítulo (I 28) ele chama o período de Pisístrato primeiro de “o tempo mais florescente” de Atenas e, cerca de uma página depois, de os “primeiros tempos de Atenas” anteriores ao seu “crescimento”. Com isso, ele sugere que o período mais florescente de uma cidade é o momento que precede o seu crescimento, vale dizer, os primeiros tempos ou o seu princípio. Isso está de acordo com uma

observação anterior de que, no nascimento de uma república, em contraste com os períodos posteriores, “os homens são bons”, e com o seu elogio enfático, no primeiro capítulo, dos reis do Egito que governaram esse país “na mais remota Antiguidade”. O elogio dos primórdios ou das origens que como depois veremos é contraditório alhures nos *Discursos*, é o contexto no qual o elogio deliberadamente exagerado à república romana deve ser entendido. Ele questiona os modos e as ordens estabelecidos, cujo principal título à reverência repousa na sua antiguidade, apelando principalmente não ao bem enquanto tal, mas a uma antiguidade mais antiga, por assim dizer, se não à “antiguidade mais antiga”. Pois aquele que deseja introduzir novos modos e ordens é compelido a reter ao menos uma sombra dos antigos modos e ordens, caso não seja capaz, ou não esteja disposto a usar a força e nada mais que a força.⁴⁶

Um autor pode revelar a sua intenção pelo título dos seus livros. Contudo, o título dos dois livros de Maquiavel não são muito reveladores nesse sentido. O mesmo é quase igualmente verdadeiro em relação aos títulos dos capítulos, que ocupam uma posição intermediária entre os títulos dos livros e a sua substância. Já observamos que os títulos dos capítulos dos *Discursos*, sem falar dos títulos do *Príncipe*, quase nada revelam a respeito do caráter audacioso do seu pensamento.⁴⁷ Ao discutir uma passagem dos *Discursos* (III 48), observamos a existência de uma diferença notável entre a regra de conduta afirmada no título do capítulo e a mesma regra tal como reformulada no interior do mesmo capítulo: a regra formulada no título não estimula o pensamento, ao passo que a sua reformulação desperta o pensamento, para não dizer a indignação. O título de I 48 é o seguinte: “Quem não quiser que uma magistratura seja dada a um homem mau e abjeto que a faça ser pleiteada por um homem excessivamente baixo e excessivamente mau ou excessivamente nobre e excessivamente bom”. O argumento do capítulo leva à conclusão de que, embora as pessoas se enganem a respeito de generalidades, elas não se enganam no que toca ao que é particular. Mas no fim do capítulo anterior, Maquiavel havia dito que I 48 tem a intenção de mostrar como o Senado romano tentou enganar o povo a respeito da distribuição de cargos e dignidades entre os candidatos, vale dizer, a respeito do que é particular. O título de I 13 – “De como os romanos se serviam da religião para reordenar a cidade e realizar as

⁴⁴ Maquiavel indica a dificuldade ao dizer em *Discursos* I 28: “aquele, pois, que considerar o quanto foi dito” (i. e., que desconsiderar, entre outras coisas, o Decenvirato), concordará com a explicação de Maquiavel.

⁴⁵ *Discursos* I 2 (100) e 5 (105-06). Em *Discursos* I 20, Maquiavel afirma que, uma vez que os cônsules romanos deviam seu cargo a votos livres, “eles eram sempre homens da maior excelência”. Trata-se, mais uma vez, de uma afirmação exagerada e provisória da bondade da república romana: ela é tacitamente contradita mais à frente (cf. *Discursos* I 24 *in fine*, 50, 53, III 17, sem falar de I 35,

⁴⁶ *Discursos* I 18 (143), 20, 25-26, 58 (217), II pr. (228).

suas empresas e debelar os tumultos” – não fornece a menor indicação sobre o fato de que o corpo do capítulo trata principalmente da questão de como a nobreza romana usava a religião para controlar a plebe. No título, do capítulo I 26, Maquiavel fala de “um novo príncipe”; nem no título, nem no corpo do capítulo ele diz o que afirma no fim do capítulo anterior, a saber, que I 26 é devorado ao fenômeno geralmente conhecido pelo nome de tirania. No título de I 30, ele usa a expressão “o vício da ingratidão”; no começo do capítulo propriamente dito ele substitui essa expressão por “a necessidade (...) de ser ingrato”. O pensamento de que os vícios dos homens (assim como as virtudes) são devidos à necessidade, e não à livre escolha, não é de modo algum sugerido pelo título. No título de I 9, ele afirma que “é necessário estar sozinho se se deseja ordenar uma República desde o princípio”. Não há nessas palavras a menor indicação de que estar sozinho pode ser algo obtido pelo assassinato do único irmão, uma possibilidade desenvolvida extensamente no interior do capítulo; de fato, a lição a ser aprendida do assassinato do irmão por Rômulo é, pode-se dizer, o tema central do capítulo.

O título de *Discursos* III 18 cria a expectativa de que Maquiavel discutirá no capítulo a importância e a dificuldade de entender as intenções do inimigo. Com base nas nossas observações anteriores não nos surpreendemos em ver que ele deixa o tema imediatamente depois de se referir a ele, substituindo-o pela dificuldade de conhecer as ações do inimigo, e não meramente as suas ações no passado e em lugares remotos, mas as suas ações “presentes e próximas”. Maquiavel cita quatro exemplos para provar a sua tese. Há um paralelismo escrito entre os exemplos: duas vezes um exemplo antigo é seguido de um exemplo moderno. Os primeiros dois exemplos tratam de derrotas causadas por erros em relação às ações presentes e próximas do inimigo; os dois últimos exemplos tratam de vitórias devidas à posse da informação correta sobre as ações presentes e próximas do inimigo. Em ambos os exemplos, apenas a posse do verdadeiro conhecimento foi decisiva para a vitória; em ambos os exemplos, faltou esplendor à vitória e mérito à aquisição do conhecimento. A vitória antiga tinha o seguinte caráter: houve um empate na batalha entre os romanos e os équos; os dois exércitos acreditavam que o inimigo tinha vencido e, por isso, cada qual voltou para casa. Por acidente um centurião romano soube de um équo ferido que os équos haviam abandonado seu acampamento; então ele partiu para saquear o campo inimigo abandonado e voltou para casa como vencedor. A vitória moderna tinha o seguinte caráter: os exércitos

Florentino e veneziano ficaram frente a frente durante muitos dias sem ousar atacarem-se; quando ambos começaram a sofrer com a falta de mantimentos, decidiram se retirar. Por acidente os capitães florentinos souberam por uma mulher que, estando segura “por causa da sua idade e da sua pobreza”, tinha ido visitar uns parentes no acampamento florentino, que os venezianos estavam se retirando. Então os florentinos tomaram coragem, lançaram-se à perseguição dos inimigos e escreveram para Florença dizendo que haviam repellido o inimigo e vencido a guerra. No exemplo antigo encontramos, portanto, uma batalha sangrenta, soldados inimigos feridos, e o saque do acampamento inimigo. No exemplo moderno, encontramos uma batalha de mentirinha, uma mulher velha e pobre e uma carta cheia de jactância. O contraste que não é tornado explícito entre os exemplos antigo e moderno não nos ensina nada sobre a superioridade dos viris antigos sobre os efeminados modernos que Maquiavel não nos diga da forma mais explícita possível em outras passagens dos *Discursos*. Portanto, esse contraste silencioso nada nos ensina a respeito da sua intenção primária que é contribuir para o renascimento do espírito da Antiguidade. Contudo, esse contraste silencioso realiza uma função, ou melhor, realiza duas funções diferentes, ainda que relacionadas. Em primeiro lugar, ele chama a nossa atenção para o fato de que o capítulo sob consideração é secretamente dedicado a algum aspecto do problema central da diferença entre os antigos e os modernos. Em segundo lugar, ele apresenta a lição geral de um modo que é menos óbvio ao longo dos *Discursos* e do *Príncipe* que o modo oposto. Não é dado a nenhum leitor, por mais superficial, de qualquer dos dois livros de Maquiavel, ignorar a sua gravidade como professor de príncipes e homens de Estado. E, assim, de alguma importância que nos demos conta de que o espírito da comédia, para não dizer da frivolidade, não está ausente dos seus dois livros mais sérios. De fato, gravidade e frivolidade encontram-se combinadas nesses dois livros numa “combinação quase impossível”, da mesma forma que essas duas qualidades se encontram combinadas no próprio homem Maquiavel.⁴⁸ Se é verdade que toda sociedade digna desse nome necessariamente reconhece algo sobre o qual é absolutamente proibido sorrir,⁴⁹ podemos dizer que a determinação de transgredir essa proibição *senza alcuna rispetto* está na essência da intenção de Maquiavel. Maquiavel não revela

⁴⁸ Cf. Carra a Vettori de 13 de janeiro de 1514 com *Historia de Florença* VIII 36.

⁴⁹ *Discursos* I 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100.

essa intenção. Ele chega a recusar-se a revelar as dificuldades que obstruem a apreensão das intenções do inimigo. Mas ele prenuncia essas dificuldades ao sugerir uma hierarquia das dificuldades que impedem de conhecer as ações presentes e próximas do inimigo. No último dos quatro exemplos nenhum erro foi cometido por ninguém, porque nenhuma ação foi realizada durante a noite. Nos primeiros três exemplos os erros, que nos primeiros dois exemplos são inclusive erros desastrosos, foram cometidos por causa da chegada da escuridão. Nos últimos dois exemplos, as ações diurnas presentes e próximas do inimigo foram descobertas por mero acidente. Todos os quatro exemplos tratam de ações presentes e próximas. As dificuldades aumentam infinitamente quando se trata de descobrir a verdade sobre as ações noturnas do inimigo em países distantes e no passado remoto. Mas mesmo essas dificuldades são superadas por aquelas que obstruem a descoberta das intenções de inimigos astutos: essas últimas jamais poderiam ser descobertas por acidente.⁵⁰ Isso não significa negar que os escritos acessíveis de inimigos astutos compartilham parcialmente do mesmo caráter das ações diurnas presentes e próximas do inimigo.

Numa autocontradição deliberada, um autor diz coisas incompatíveis ou, em termos mais gerais, coisas diferentes sobre o mesmo objeto a pessoas diferentes, e, em alguns casos, às mesmas pessoas em diferentes estágios do seu entendimento. Mas pode-se dizer que falar diferentemente a pessoas diferentes é ironia no sentido primário do termo.⁵¹ Qualquer que possa ser a relação entre ironia e paródia no sentido geral, é certo que paródias suítes podem satisfazer às exigências da ironia propriamente dita. *Discursos* II 12 é

⁵⁰ Essas observações são, é claro, bem insuficientes para a interpretação integral de *Discursos* III 18. Tendo em vista que não pretendemos oferecer uma interpretação integral desse ou de nenhum outro capítulo (pois, considerando a interdependência de todos os capítulos, isso só poderia ser feito em um comentário que consistisse de vários volumes), apenas observamos que o paralelismo dos quatro exemplos (por duas vezes, um exemplo antigo é seguido de um exemplo moderno) esconde o fato de que o quarto exemplo pertence a uma classe em si mesma, uma vez que nenhum erro foi cometido no evento de que ele trata. Dos primeiros três exemplos, dois são pagãos e um é cristão, o último situado no meio. Nos exemplos romanos, os romanos acreditaram erroneamente que haviam sido derrotados (no primeiro exemplo, os romanos perdem a esperança na sua salvação, mas no terceiro eles, embora acreditando erroneamente ter perdido, acreditam corretamente que, recuando para montanhas próximas, estarão temporariamente a salvo). Os modernos, por outro lado, acreditam erroneamente na vitória ou mesmo em notícias falsas sobre a vitória. No segundo e quarto exemplos, diz-se explicitamente que a suposta vitória foi anunciada oralmente ou por escrito.

uma paródia desse tipo, uma paródia sutil das disputas escolásticas. Ali Maquiavel discute a questão de se é melhor, quando se descobre a iminência de um ataque, enfrentar o inimigo no seu próprio campo ou esperá-lo para um enfrentamento no terreno conhecido. A discussão consiste de quatro partes: argumentos de autoridade em favor de cada uma das alternativas, argumentos racionais em favor de cada uma das alternativas, uma solução baseada numa distinção e uma defesa da solução contra o argumento contrário. Trata-se de uma paródia de uma disputa escolástica porque aplica o procedimento escolástico a um tema não escolástico e porque a autoridade central em favor da alternativa superior é uma “fábula poética”: o lugar da Bíblia na discussão escolástica é aqui ocupado pelas fábulas poéticas. Maquiavel parece ter inferido da origem humana, não celestial, da religião bíblica, à qual ele alude sete vezes ao longo do capítulo, que o ensinamento dogmático da Bíblia tem o *status* das fábulas poéticas.⁵² Nesse momento estramos muito mais preocupados, entretanto, com a circunstância aparentemente trivial de que, em *Discursos* II 12, ele hesita chamar os argumentos de autoridade por esse nome: com isso ele como que embaralha a diferença entre autoridade e razão.⁵³ Essa diferença é enfatizada seis capítulos depois de modo bastante surpreendente. No título de II 18, Maquiavel faz referência à “autoridade dos romanos e ao exemplo das milícias antigas”, substituindo essa expressão na primeira linha do capítulo por “muitas razões e muitos exemplos”. Logo a seguir, ele cita um ditro latino extremamente simples, acrescentando à citação a sua tradução italiana, algo que ele não faz em nenhum outro lugar dos dois livros: depois de ter substituído “autoridade” por “razões” ele substitui a linguagem da autoridade pela sua própria língua nativa.⁵⁴ Na sequência imediata do texto, ele diz: “se a autoridade deve ser seguida... À parte a autoridade, há razões manifestas”. Depois de estabelecer a sua opinião unicamente pela razão, ele faz referência — e essa é outra ocorrência única — à “autoridade daqueles que regulam as coisas políticas”, isto é, à autoridade dos teóricos políticos tradicionais. É preciso manter em mente a presença do problema da autoridade nessa

⁵² Para a pré-história dessa visão, cf. Strauss, *Persecution and the Art of Writing*, p. 13.

⁵³ *Discursos* II 12 (262): as *ragioni* são distinguidas das *cause dette*; os argumentos baseados na autoridade foram chamados de *ragioni* perto do início do capítulo. O argumento que se baseia nas fábulas poéticas é seguido imediatamente por um argumento baseado em “juízos modernos”.

⁵⁴ Esse passo é preparado por *Discursos* II 16 (271), em que Maquiavel se refere duas vezes aos eui-

seção dos *Discursos*, uma seção que, pode-se dizer, se inicia com a observação, discutida acima, sobre o significado do silêncio de Tito Lívio. Do contrário, deixaremos de entender, entre outras coisas, as irregularidades que se seguem no capítulo posterior. *Discursos* II 13 tem a intenção declarada de provar que a ascensão de uma posição baixa para uma alta se dá através da fraude e não da força. Maquiavel oferece alguns detalhes a respeito de dois indivíduos que subiram de uma condição baixa ou abjeta até obter grande poder político. Ambos os indivíduos eram sobrinhos (*nepoti*) dos soberanos absolutos que o precederam; não se pode, portanto, dizer que eles ascenderam à posição de comando a partir de um lugar abjeto ou baixo. O que equivale a dizer que os exemplos não são apropriados ao caso: somos, assim, levados a nos perguntar quais eram os exemplos apropriados que Maquiavel poderia ter em mente. No mesmo capítulo ele assevera que não apenas os príncipes, mas também a república romana ascendeu à proeminência inicialmente por meio da fraude, e ele prova a asserção com a citação, tirada de Tito Lívio, de um discurso feito por um inimigo dos romanos. Assim, Tito Lívio é apresentado como revelando a verdade sobre a fraude romana ao colocar certas palavras na boca de um inimigo de Roma. Poderia um cidadão romano respeitável ser incapaz de dizer a verdade sobre Roma a não ser fazendo de um inimigo de Roma seu porta-voz, da mesma forma que um súdito dos imperadores romanos era incapaz de dizer a verdade sobre César de outro modo que não pelo elogio do inimigo de César? Poderia um cidadão da *res publica Christiana* ser incapaz de dizer o que ele vê como a verdade sobre o cristianismo a não ser empregando um inimigo do cristianismo ou um pagão, como Tito Lívio, como seu porta-voz? O certo é que Maquiavel tenta estabelecer a verdade sobre a conquista de Canaã fazendo referência a um relato sobre Josué que remonta aos inimigos dos hebreus e que contradiz flagrantemente o relato dos próprios hebreus.⁵⁵

Há casos em que, quando um autor contradiz deliberadamente a si mesmo de maneira sutil, ele repete uma declaração anterior variando-a de um modo que, por alguma razão, não é percebido com facilidade. Maquiavel discute nos *Discursos* a política de Florença em relação à Pistoia mais de uma vez. Na primeira discussão (II 21), ele diz que a cidade de Pistoia caiu voluntariamente sob o domínio de Florença porque os florentinos sempre trataram os pistoios como irmãos. Na segunda discussão (II 25), ele diz que Pistoia caiu

sob o domínio de Florença levada pelo seguinte “artifício pacífico”: como a cidade era dividida pelos partidos, os florentinos favoreciam um partido e logo depois o outro, levando com isso os pistoios a ficarem tão cansados da luta entre os partidos a ponto de se jogarem voluntariamente nos braços de Florença. A arte pacífica usada pelos florentinos é descrita no contexto como a arte de dividir para conquistar. Na segunda discussão, Maquiavel dirige a nossa atenção para a diferença entre as duas discussões da política florentina em relação à Pistoia referindo-se ao que ele próprio havia dito sobre o tema em outro capítulo e “com outro propósito”. A referência cruzada surpreende porque é a única desse tipo a ocorrer em todo o livro. Com efeito, Maquiavel deve ter tido mais de um propósito ao descrever a mesma política primeiro como uma expressão de fraternidade e de liberalidade e depois como uma aplicação da regra “dividir para conquistar”. O que aparece primeiro como fraternidade e liberalidade se revela, por meio da reflexão, como um caso de astuta *power politics*. A primeira discussão está de acordo com a visão comum segundo a qual a moralidade pode e deve controlar a vida política; a segunda discussão, quando lida em conjunto com a primeira, sugere uma dúvida a respeito da opinião comum. Ninguém, creio, questiona a opinião de que Maquiavel de fato tinha dúvidas sobre a opinião comum acerca da relação entre moralidade e política, pois todos leram os capítulos XV e seguintes do *Príncipe*. A referência cruzada sob discussão é importante para nós não porque ilumina a substância do ensinamento de Maquiavel, mas porque revela, até certo ponto, a maneira como ele a apresenta. A substância do seu pensamento será fatalmente mal compreendida se o leitor não se der conta de que ele a revela na medida em que a revela apenas em estágios: Maquiavel ascende de “primeiras versões”, que são, exagerando a coisa para efeito de esclarecimento, em todos os casos respeitáveis ou publicamente defensáveis, para “segundas versões” de caráter bem diverso. Se o leitor não se der conta da diferença de “propósito” entre as “primeiras versões” e as “segundas versões”, ele corre o risco de ler as “segundas versões” à luz das “primeiras versões” e, com isso, aparar as arestas da doutrina; seja como for, ele no mínimo atribuirá o mesmo peso às duas espécies de versões; e uma vez que as “primeiras versões” são mais ou menos tradicionais ou convencionais, ele não aprenderá a magnitude ou a enormidade do empreendimento de Maquiavel. É necessário, ao menos sempre que Maquiavel fizer referência a declarações anteriores sobre um dado tema ou

a segunda declaração com a declaração original a fim de verificar se a segunda versão da declaração simplesmente não implica uma mudança considerável em relação à primeira. Para dar um exemplo cuja complexidade é proporcional à sua importância, Maquiavel discute repetidamente, no primeiro livro dos *Discursos*, o tema dos “fundadores” ou dos homens que estabeleceram “novas ordens”. Na primeira discussão do tema (I 9-10), ele argumenta que um fundador que esteja preocupado com o bem comum, concebido em contraste com o tirano, não pode ser censurado por cometer assassinatos com o objetivo de realizar o seu fim bom; a discussão baseia-se na distinção fundamental e tradicional entre o príncipe e o tirano, entre o bem comum e o bem privado, entre a virtude e a ambição; César, em contraste com Rômulo, aparece como o exemplo mais proeminente de um tirano digno de censura. Na segunda discussão do mesmo tema (I 16-18), Maquiavel lança mão da distinção entre povos corruptos e incorruptos, obscurecendo, em conexão com ela, a distinção primeira entre príncipes e tiranos: a tirania de César não era inevitável e, portanto, perfeitamente desculpável, dada a corrupção de Roma no seu tempo?⁵⁶ Mas o que significam a corrupção e seu oposto se, para nada dizer sobre outras coisas, mesmo o caráter incorrupto de Roma nos primórdios permitiu a Rômulo “perseguir seu intento”, e se podemos supor que César não estava de modo algum obrigado a fazer o que fez? O intento de Rômulo não era promover o bem comum? Na terceira versão da mesma discussão (I 25-27), Maquiavel indica que “tirania” é um termo tradicional, vale dizer, um termo não necessariamente requerido por ou compatível com a sua intenção. Num capítulo que é explicitamente devotado ao que “os autores chamam de tirania”, ele trata o divino rei Davi como um exemplo de tirano; e no capítulo seguinte deixa claro que um soberano sobremaneira perverso, que não se pode presumir seja guiado por nenhuma preocupação com o bem comum, pode, não obstante, alcançar a glória eterna ao realizar feitos que conduzem ao bem comum. Somos levados a concluir que a distinção primária entre a virtude animada pelo espírito público e a ambição egoísta é irrelevante, uma vez que a ambição egoísta em sua mais larga escala pode ser satisfeita apenas por ações que levam benefício a um grande número de pessoas. Em todas essas versões da discussão supõe-se que a fundação é um ato único realizado

nos primórdios de um Estado ou de um regime. Mas não demora para que Maquiavel venha a questionar essa suposição: a fundação é, por assim dizer, uma fundação contínua — não apenas nos primórdios, mas “todos os dias” o Estado precisa de “novas ordens”.⁵⁷ Uma vez que isso seja percebido, verifica-se que os fundadores de uma república correspondem àqueles que a lideram ao longo dos tempos, ou à sua classe dirigente. Verifica-se, portanto, que a seção devotada à classe dirigente (I 33-45) corresponde, por assim dizer, à verdadeira e final opinião maquiavélica acerca dos fundadores.⁵⁸ Podemos extrair uma lição adicional da dupla discussão maquiavélica sobre a política de Florença em relação à Pistoia. Ela sugere interpretações mutuamente excludentes do mesmo fato: o que é importante não é o fato em si mesmo, mas a oportunidade que ele oferece para afirmar uma tese. Com isso entendemos que Maquiavel nem sempre está preocupado com a verdade histórica, não raro mudando deliberadamente os dados fornecidos pela História: se existem exemplos que são tanto belos quanto verdadeiros,⁵⁹ pode haver exemplos que são belos sem serem verdadeiros. Na linguagem do nosso tempo, Maquiavel é um artista tanto quanto é um historiador. Ele é decerto um homem cheio de artes [artful].⁶⁰

⁵⁷ *Discursos* I 49 e III 49.

⁵⁸ Cf. também *Discursos* II 29 (Fortuna) com a repetição em III I (acidente extrínseco); compare-se também I 58 (o povo é mais sábio que um príncipe) com o reexame explícito da tese desse capítulo em III 34 (a importante cláusula condicional: “quando o povo é bem informado como é o príncipe”). O que é verdade acerca da discussão sobre os fundadores em *Discursos* I vale também para o outro tema principal desse livro, a saber, a religião (cf. I 9, início). A religião é discutida explicitamente em I 11-15; ela é retomada de um modo mais ou menos disfarçado primeiro em I 19-24, depois em I 28-32, e finalmente em I 46-59, numa seção dedicada ao vulgo ou à plebe; pois, segundo Maquiavel, a plebe, em contraste com os “príncipes”, é o lugar da religião (cf. *O Príncipe* cap. XVIII, *in fine*). O assunto principal de I 19-24 é Túlio Hostílio, que é a contraparte do religioso Numa Pompílio, e que é descrito, em contraste com o “rei fraco” Numa, como um homem de virtude extraordinária e “deveras prudente”. Depois de exagerar a virtude de Túlio para sublinhar o contraste com Numa, ele reduz o elogio a proporções razoáveis em I 22-24. O tema principal de I 28-32 é a gratidão; quanto à relação entre gratidão e religião, cf. *Esortazione alla penitenza* (*Opere* II 801-04).

⁵⁹ *Discursos* II 28 (313); cf. III 20 (388) e 21 (390).

⁶⁰ Perro do fim do cap. VIII do *Príncipe*, Maquiavel fala da “crueldade bem usada” e se desculpa por empregar essa expressão; no início do cap. XVII, ele fala do “mau uso da misericórdia” sem se desculpar. Perro do fim do cap. VI, ele fala de Hiero dissolvendo a antiga milícia; no cap. XIII ele conta que Hiero mandou cortar aos pedaços os soldados que formavam essa milícia. No fim do cap. XVIII, ele ainda não ouso mencionar o nome de Fernando de Aragão; no início do cap. XXI ele ouso fazê-lo. No cap. III (7), ele fala primeiro da necessidade de extinguir a “Inhaagem” de um

⁵⁶ Ver o julgamento bastante favorável sobre César em *Discursos* I 52 e *O Príncipe* XIV (César é “um homem excelente”). Cf. a análise da política de Mânlio à luz da distinção entre cidades corruptas e

Os exemplos de Maquiavel nem sempre são adequados ou verdadeiros. Não acredito que possamos inferir daí que eles não sejam sempre bem escolhidos. Ele usa frequentemente expressões como “basta citar o exemplo de...”. É sempre necessário perguntar por que ele preferiu o exemplo ou os exemplos que aduz: eles eram os mais adequados ou os mais sugestivos?⁶¹ Pois o que sabemos nesses casos é meramente o fato de que Maquiavel não quis mencionar outros exemplos; não sabemos a razão pela qual ele não quis mencioná-los. No que toca aos *Discursos* em particular, cuja intenção primária deveria sugerir uma distribuição equilibrada entre exemplos romanos e modernos, deve-se prestar atenção à distribuição efetiva e sua alta irregularidade. Devemos fazê-lo independentemente de se Maquiavel faz referência explícita ao seu desejo de contentar-se com os exemplos aduzidos. Expressões do tipo “eu gostaria de ficar nesse único exemplo” aparentemente indicam “exclusões”, uma vez que excluem a menção, ou a discussão mais aprofundada, daquilo que bem pode merecer, mas que não pode convenientemente ou com propriedade ser mencionado ou discutido de maneira mais aprofundada. O oposto de exclusões são digressões. Uma típica expressão indicativa de digressão é a observação “mas retornemos ao nosso assunto”. Numa digressão, o autor discute algo que ele caracteriza como não pertencente ao assunto ou tema em sentido estrito. Em livros como *O Príncipe* e os *Discursos*, as digressões contêm discussões que não seriam requeridas para realizar a intenção primária, explícita, ostensiva ou parcial, mas para realizar a intenção plena ou verdadeira. A intenção primária ou parcial do *Príncipe* deveria requerer o tratamento apenas daqueles tipos de principados ou da aquisição do poder principesco que são mencionados no primeiro capítulo; isto é, o primeiro capítulo nos leva a esperar pelos temas dos capítulos 2-7; os capítulos 8-11, que contém, entre outras coisas, a discussão da aquisição do poder no principado por meio do crime, e a discussão dos principados eclesiásticos, aparecem como uma surpresa; não é enganoso, ainda que não seja exato no sentido estrito, chamar os capítulos 8-11 de uma digressão. A declaração que fala da semelhança entre o Estado do Sultão e o pontificado cristão, no capítulo XIX do *Príncipe*,⁶² é uma típica digressão em sentido estrito. Não considerá-los uma digressão em sentido estrito uma passagem que

Maquiavel não indicasse ser tal. Não consideramos uma digressão, portanto, uma passagem apresentada como uma resposta a uma possível questão ou objeção levantada pelo leitor.⁶³ Uma passagem desse tipo é a discussão, no capítulo XI do *Príncipe*, de como o poder temporal da Igreja chegou à sua presente magnitude. Outra passagem desse tipo é a discussão dos imperadores romanos no capítulo XIX do *Príncipe*. Uma breve análise dessa última passagem pode ser útil para entender o significado das digressões em geral. No nono capítulo, Maquiavel deixou claro que há um limite absoluto ao uso astuto do poder pelo príncipe: embora um príncipe possa, em determinadas circunstâncias, desconsiderar com segurança os interesses dos grandes e até mesmo destruí-los, é absolutamente necessário para ele respeitar as exigências extremamente moderadas do povo. Depois de reafirmar essa regra de forma mitigada na primeira parte do capítulo XIX, Maquiavel explica na seção dedicada aos imperadores romanos que essa regra, mesmo na sua forma original, não é de modo algum universalmente válida: sob o império romano havia um conflito de interesses entre o povo e os soldados; o poder dos soldados era maior que o poder do povo, de modo que os imperadores tinham de satisfazer às demandas dos soldados em lugar das demandas do povo; portanto, um hábil imperador romano que tivesse o apoio dos soldados não era obrigado a ter nenhuma consideração pelo povo. Assim, o derradeiro freio para os soberanos perversos pode ser tornado inefetivo. O exemplo maior de um imperador desse tipo foi Sétimo Severo. Se, nesse ponto, fosse facultado a Maquiavel fazer uso da linguagem tradicional, ele teria dito que Severo era um tirano típico que tinha o apoio da sua guarda. Ora, é precisamente Severo, esse “ferocíssimo leão e astutíssima raposa” — o mesmo Severo que, alhures, ele chama de criminoso —, que ele eleva, no final do capítulo, à condição de modelo dos fundadores de Estados concebidos em oposição aos príncipes, cuja tarefa é apenas preservar um Estado já fundado:⁶⁴ no que diz respeito

⁶³ Nesse sentido podemos observar que Maquiavel distingue em *O Príncipe* cap. III (12) “alguém” que levanta certa objeção de “outros” que levantam outra objeção: a primeira objeção é política, a segunda, moral.

⁶⁴ *O Príncipe* caps. XIX (61, 62, 65, 66) e XX (67). Cf. *Discursos* I 10 (123) e 40 (187), assim como *A Arte da Guerra*, I (*Opera* I 476). A conexão entre esse capítulo do *Príncipe*, que trata explicitamente do crime como caminho para o poder principesco (cap. VIII), e o cap. XIX, é indicada pelo fato de que ambos os capítulos, e nenhum outro, começam com as palavras *Ma perché*. Incidentalmente, quatro capítulos do *Príncipe* começam com *Ma* (mas), ao passo que nenhum capítulo dos *Discursos*

ele substitui “memória” por “sangue”. O “sangue” é assunto muito delicado; logo, ele ocorre apenas uma vez em um título de capítulo (*Discursos* III 7) e apenas ali na expressão “sem sangue”.

⁶¹ Cf. nota 25.